

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Inova Saúde São Paulo SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do reequilíbrio financeiro

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia reconhece:

- (a) Reequilíbrio econômico-financeiro decorrente do atraso do início das operações do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher;
- (b) Aplicabilidade e exigibilidade trienal do Reajuste Complementar da Parcela Variável;
- (c) Recomposição patrimonial decorrente do atraso do Poder Concedente em liberar as áreas necessárias para o início das obras de construção do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher.

Devido a relevância e subjetividade do assunto e o potencial impacto desses assuntos nas demonstrações contábeis da Companhia, consideramos esse assunto significativo para auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (a) Avaliação do ambiente de controle interno no que tange ao processo de atualização do Reequilíbrio adotado pela Companhia;
- (b) Avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos apresentados pela Companhia;
- (c) Teste documental, em base amostral, sobre a base de contraprestações mensais e aportes realizados pelo poder concedente;
- (d) Recalculo da atualização monetária de multa e juros;
- (e) Confronto das informações da memória de cálculo com o contrato de concessão e *legal opinion* dos advogados da Companhia;
- (f) Discussão com a Administração sobre o andamento das discussões de reequilíbrio, bem como, a obtenção de cópia de trocas ofícios entre a Companhia e poder concedente;
- (g) Teste documental sobre os recebimentos ocorridos;
- (h) Avaliação da divulgação das informações nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas, determinamos que as estimativas utilizadas para reconhecimento da receita estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Diego Cavalcante Bastos
Contador CRC 1 SP 292913/O-9

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024		Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.385	36.844	Fornecedores	-	5.449	2.410
Ativo financeiro de concessão	6	104.845	100.367	Empréstimos e financiamentos	8	21.900	21.522
Contas a receber	7	12.090	11.563	Obrigações e encargos trabalhistas	9	6.226	5.035
Impostos e contribuições a compensar	-	3.898	3.406	Obrigações tributárias	10	4.911	3.150
Adiantamentos a fornecedores	-	4.837	4.208			38.486	32.117
Outras contas a receber	-	244	937				
		152.299	157.325				
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	7	123.684	109.293	Empréstimos e financiamentos	8	205.687	225.952
Partes relacionadas	11	10	-	Partes relacionadas	11	534	1.023
Impostos diferidos	12 (a)	10.456	8.586	Impostos diferidos	12 (b)	168.728	160.752
Ativo financeiro de concessão	6	447.925	465.363	Provisões	13	30.750	25.252
		582.075	583.242	Receita diferida	14	2.278	2.514
						407.977	415.493
Ativo Imobilizado	-	4	7	Patrimônio líquido			
Ativo intangível	-	339	916	Capital social	15.1	69.282	69.282
		582.418	584.165	Reserva legal	15.2 (a)	13.856	12.748
				Reserva de lucros	15.2 (b)	205.116	211.850
						288.254	293.880
Total do ativo		734.717	741.490	Total do passivo e patrimônio líquido		734.717	741.490

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas operacional líquida	16	148.105	151.455
(-) Custos dos serviços prestados	17	(110.052)	(108.058)
Lucro bruto		<u>38.053</u>	<u>43.397</u>
(Despesas) e receitas operacionais			
(-) Despesas gerais e administrativas	18	(16.926)	(20.545)
(-) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>(3.125)</u>	<u>394</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>18.002</u>	<u>23.246</u>
Resultado financeiro			
(+) Receitas financeiras	19	99.881	72.057
(-) Despesas financeiras	19	(34.156)	(35.633)
		<u>65.725</u>	<u>36.424</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>83.727</u>	<u>59.670</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	12.3 (c)	(17.669)	(11.002)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.3 (a)	(11.512)	(12.463)
		<u>(29.181)</u>	<u>(23.465)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>54.546</u></u>	<u><u>36.205</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	54.546	36.205
Resultado abrangente do exercício	<u>54.546</u>	<u>36.205</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucro líquido do exercício	Total do patrimônio líquido
	Subscrito e integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros		
Em 31 de dezembro de 2023	69.282	10.938	203.416	-	283.636
Lucro líquido do exercício	-	-	-	36.205	36.205
Constituição da reserva de lucros	-	1.810	34.395	(36.205)	-
Distribuição de lucros	-	-	(25.961)	-	(25.961)
Em 31 de dezembro de 2024	69.282	12.748	211.850	-	293.880
Lucro líquido do exercício	-	-	-	54.546	54.546
Constituição da reserva de lucros	-	1.108	53.438	(54.546)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(60.172)	-	(60.172)
Em 31 de dezembro de 2025	69.282	13.856	205.116	-	288.254

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social geradas pelas atividades operacionais	83.727	59.670
Variações monetárias sobre ativo financeiro de concessão	(83.223)	(72.117)
Variações monetárias sobre reequilíbrio financeiro	(14.391)	-
Apropriação dos impostos diferidos (pis e cofins)	(5.408)	180
Receita diferida	(236)	(216)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	30.211	31.686
Provisão para reinvestimento	5.419	4.969
Provisões trabalhistas	79	-
Baixa do saldo residual do CPC 06	150	-
Depreciações	2	2
Amortizações	427	525
	<u>16.757</u>	<u>24.699</u>
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	96.183	92.286
Contas a receber de clientes	(527)	(84)
Impostos e contribuições a compensar	(492)	(1.807)
Adiantamentos a fornecedores	(629)	11.077
Outras contas a receber	693	14
Fornecedores	3.039	(3.719)
Obrigações e encargos trabalhistas	1.191	131
Obrigações tributárias	(15.908)	(13.080)
Pagamento de juros e principal arrendamento mercantil - CPC 06	-	(376)
	<u>100.307</u>	<u>109.141</u>
Pagamento de juros - financiamentos	(29.740)	(30.838)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	<u>70.567</u>	<u>78.303</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições do ativo financeiro em formação	-	(10.984)
Pagamento de principal - financiamentos	(20.355)	(29.284)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	<u>(20.355)</u>	<u>(40.268)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos aos acionistas	(60.172)	(25.625)
Contas-correntes com partes relacionadas	(499)	34
Caixa líquido gerado atividades de financiamentos	<u>(60.671)</u>	<u>(25.591)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(10.459)</u>	<u>12.444</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	36.844	24.400
No fim do exercício	26.385	36.844
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(10.459)</u>	<u>12.444</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação dos Hospitais Estaduais de São Paulo.

O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa.

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17 de outubro de 2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5.

O objeto do Contrato a Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido:

- i Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato;
- ii Construção e implantação do Complexo Hospitalar;
- iii Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- iv Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- v Prestação dos Serviços "Bata Cinza";
- vi Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato.

O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Transferência Inicial pelas Partes. As assinaturas ocorreram em 01 de setembro de 2015 (Hospital Estadual de São José dos Campos) e 31 de março de 2018 (Hospital Centro de Referência de Saúde da Mulher), ambos prorrogáveis pelo mesmo período, mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente.

2. Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em reais (R\$) e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 3.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 18 de março de 2026.

2.2. Declaração de conformidade e base de apresentação

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Entidade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais:

- A Entidade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimentos até três anos, indexadas ao CDI e baixo risco de crédito, por serem emitidos ou geridos por bancos de primeira linha, são mantidas com a finalidade de rentabilizar o caixa de curto prazo.

b. Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Sociedade contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado da Sociedade porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente.

c. Contas a receber

O contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços “bata cinza” e pelos valores de reequilíbrio financeiro (vide Nota Explicativa nº 7) junto a Secretaria do Estado de Saúde.

As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Sociedade possui um sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo Poder Concedente através de verificador independente. Até o momento, a Sociedade não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo Poder Concedente.

A recomposição do equilíbrio contratual está assegurada no contrato de concessão. Atendendo às regras do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, o reequilíbrio financeiro é reconhecido nas demonstrações contábeis da Sociedade quando a entrada dos benefícios econômicos é praticamente certa.

d. Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por retenções na fonte de imposto de renda, créditos de pagamento a maior, antecipações e saldos negativos de IRPJ e CSLL.

e. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

f. Passivos contingentes e provisões

(a) As provisões para contingências são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

Os passivos contingentes avaliados como prováveis estão provisionados pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis estão divulgados na Nota 13 como provisões para contingências e os avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

(b) O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o Sociedade realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Sociedade vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão para recuperar a infraestrutura em um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação - IPCA.

A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Os montantes estão divulgados na Nota 13 como provisões para reinvestimentos.

g. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

h. Capital social

Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

i. Apurações do resultado

A receita de construção foi reconhecida considerando os gastos incorridos pela Sociedade na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Sociedade na formação do seu ativo financeiro.

As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente.

A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza".

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas/Despesas financeiras".

j. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) - indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

k. Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais substitutos e mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027;
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets;
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

A Sociedade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Sociedade mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Sociedade reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Sociedade não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Sociedade identifica, avalia e protege a Sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Sociedade.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

Considerado praticamente nulo em virtude de a Sociedade não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção.

(ii) Risco de taxas de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5.

A exposição da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Sociedade analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

4.3. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.4. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	933	3.098
Aplicações financeiras		
Banco Itaú S.A.	23.647	30.502
Banco Santander S.A.	1.805	1.572
Banco Daycoval S/A	-	1.672
	<u>26.385</u>	<u>36.844</u>

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's, compromissadas com Lastro de Terceiros e Fundos de Investimentos com compromisso de recompra pelos bancos emissões com rentabilidade que variam de 94% a 103,5% do CDI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

6. Ativo financeiro de concessão

O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito contratual de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo financeiro	565.730	585.992
Variações monetárias sobre ativo financeiro	83.223	72.117
Recebimentos do ativo financeiro atualizado	(96.183)	(92.379)
	<u>552.770</u>	<u>565.730</u>
Circulante	<u>104.845</u>	<u>100.367</u>
Não circulante	<u>447.925</u>	<u>465.363</u>

7. Contas a receber

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reequilíbrio financeiro	123.684	109.442
Parcela variável	11.947	11.269
Receita acessória	185	186
Direito de exploração (*)	(42)	(41)
	<u>135.774</u>	<u>120.856</u>
Circulante	<u>12.090</u>	<u>11.563</u>
Não Circulante	<u>123.684</u>	<u>109.293</u>

(*) Refere-se a participação da Secretária do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias.

Abaixo, segue movimentação dos valores de reequilíbrio financeiro:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo anterior	109.293	109.077
Reequilíbrio, recebimento, baixa	-	(149)
Atualização financeira sobre reequilíbrio	14.391	365
Saldo atual	<u>123.684</u>	<u>109.293</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

Em 2022 a Sociedade protocolou um pedido de recomposição patrimonial devido ao atraso do Poder Concedente em liberar as áreas necessárias para o início das obras de construção do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher (HCRSM). A metodologia utilizada para o cálculo do reequilíbrio financeiro foi a aplicação do fluxo de caixa marginal, apurado na postergação da obra do HCRSM, com recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o que gerou o cálculo do Valor Presente Líquido (VPL) equivalente a zero em fevereiro de 2014, utilizando uma taxa de desconto de 8,63% (média de 3 meses da NTN-B 2045 + Spread de 2,5%), conforme previsto no contrato de concessão.

Em 2025, a Sociedade realizou a atualização monetária do valor nominal com base no índice do IPC-FIPE.

8. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas Contratuais	Vencimento final	31/12/2025	31/12/2024
BNDES - Ponte A (a)	IPCA+3,17%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	18.423	19.656
BNDES - Ponte B (a)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	29.394	31.376
BNDES - Capital de giro (a)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	36.283	38.729
BNDES - Financiamento (b)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 4,16%a.a.	Março de 2036	107.308	112.664
(-) Custos na transação (d)			(2.189)	(2.472)
			<u>189.219</u>	<u>199.953</u>
1º emissão de debêntures (c)	CDI + 3,60% a.a.	Agosto de 2029	38.588	46.832
(-) Custos na transação (d)			(701)	(1.053)
			<u>37.887</u>	<u>45.779</u>
Daycoval leasing - Banco Multiplô	Pré fixada 0,029100% coeficiente	Setembro de 2026	487	1.782
(-) Ajuste a valor presente			(6)	(40)
			<u>481</u>	<u>1.742</u>
			<u>227.587</u>	<u>247.474</u>
	Circulante		21.900	21.522
	Não circulante		205.687	225.952

- (a) A Sociedade em novembro de 2016 celebrou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES"), a última renegociação que a Sociedade realizou foi de alongamento do pagamento do principal através do 11º contrato aditivo em agosto de 2021 onde os pagamentos ocorrerão até agosto de 2034;
- (b) A Sociedade em agosto de 2021 celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES, onde os pagamentos ocorrerão até março de 2036;
- (c) A Sociedade em agosto de 2021, emitiu 60.340 mil debêntures, não conversíveis em ações, no valor unitário de 1.000 reais cada, captando o montante de R\$ 60.340 em recurso de longo prazo, com vencimento em agosto de 2029;
- (d) Os gastos incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos, financiamentos e debêntures foram contabilizados como redução do valor justo da dívida inicialmente reconhecido para evidenciação do valor líquido recebido. Os valores serão apropriados ao resultado em fluência do prazo dos contratos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

Vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
2026	-	21.900
2027	23.738	23.738
2028	26.524	26.524
2029	25.217	25.217
2030	18.952	18.952
Demais anos	111.256	109.621
	<u>205.687</u>	<u>225.952</u>

Garantias da operação

A Sociedade celebrou contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário. As garantias são constituídas pelos direitos emergentes do Contrato de Concessão, de titularidade da Sociedade, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores pendentes de pagamento pelo Poder Concedente e/ou pela Sociedade Paulista de Parcerias (CPP) à Sociedade.

Além da cessão fiduciária, a Sociedade mantém como garantia de pagamento das obrigações dos contratos, conta vinculada destinada a receber os créditos decorrentes dos créditos cedidos e, carta fiança junto ao banco Itaú:

	<u>Contrato</u>	<u>Data de abertura</u>	<u>Data vencimento</u>	<u>Saldo</u>
Fiança BNDES	422050014200	01/06/2022	01/04/2026	13.813
Fiança BNDES	422050014300	01/06/2022	01/04/2026	2.488
Fiança BNDES	422050014400	01/06/2022	01/04/2026	3.943
Fiança BNDES	422050014500	01/06/2022	01/04/2026	4.867
				<u>25.111</u>

Cláusulas contratuais - *Covenants*

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados juntos ao BNDES bem como as escrituras de emissões de debêntures, estabelecem a manutenção de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme descrito a seguir:

- ICP - Índice de Capita Próprio (ICP) igual ou superior a 0,30+

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

Após o atingimento do completion físico e financeiro, a Sociedade poderá realizar pagamentos aos sócios ou acionistas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, em cada exercício social, observando as seguintes condições:

- ICSD igual ou superior a 1,50 - a beneficiária poderá distribuir recursos, independente da anuência prévia do BNDES;
- ICSD inferior a 1,50 e superior a 1,30 - a beneficiária poderá distribuir até 25% do resultado, independente de anuência prévia do BNDES;
- ICSD inferior a 1,30, fica a beneficiária vedada a distribuição de resultados sem prévia anuência do BNDES.

Os *covenants* financeiros vinculados aos contratos de empréstimos com o BNDES e emissão de debêntures estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido	288.254	293.880
Ativo Total	734.717	741.490
ICP	0,39	0,40

ICP - Índice de Capita Próprio (ICP) igual ou superior a 0,30.

	31/12/2025	31/12/2024
Geração Operacional de Caixa	96.945	105.120
Ebitda ajustado	114.614	116.122
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	(17.669)	(11.002)
Serviço da dívida	50.095	59.139
Pagamento de juros	29.740	31.117
Pagamento de principal	20.355	28.022
ICSD	1,94	1,78

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

9. Obrigações e encargos trabalhistas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisões	3.300	2.537
Salários a pagar	1.186	986
Inss a pagar	877	745
IRRF a pagar	472	373
Fgts a pagar	259	207
Empréstimo consignado	100	15
Pensão Alimentícia a Pagar	22	1
Outros Benefícios	10	171
	<u>6.226</u>	<u>5.035</u>

10. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
COFINS a recolher	1.718	1.458
IRPJ a pagar	984	-
CSLL a pagar	670	585
ISS a recolher	397	475
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	324	205
Pis a recolher	303	266
INSS retido na fonte	293	70
ISS na fonte	166	86
IR retido na fonte	37	3
ICMS a Pagar	19	2
	<u>4.911</u>	<u>3.150</u>

11. Partes relacionadas

Ativo não Circulante

		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Conta Corrente:			
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A	Conta corrente	10	-
		<u>10</u>	<u>-</u>

Passivo não circulante

		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A	Arrendamento mercantil	-	423
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A	Dividendos	534	362
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A	Conta corrente	-	238
		<u>534</u>	<u>1.023</u>

12. Impostos diferidos

(a) Impostos diferidos ativos, passivos e na demonstração do resultado:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre bases temporárias lançado ao resultado, exercício anterior	332.946	313.224
Movimentação da base do diferido, líquidos	32.644	19.722
Base ajustada	<u>365.590</u>	<u>332.946</u>
<u>No ativo não circulante</u>		
Imposto de renda diferido	7.688	6.313
Contribuição social diferido	<u>2.768</u>	<u>2.273</u>
	<u>10.456</u>	<u>8.586</u>
<u>No passivo não circulante</u>		
Imposto de renda diferido	99.085	89.245
Contribuição social diferido	<u>35.671</u>	<u>32.127</u>
	<u>134.756</u>	<u>121.372</u>
<u>Na demonstração de resultado</u>		
Imposto de renda diferido	(8.464)	(9.135)
Contribuição social diferido	<u>(3.048)</u>	<u>(3.328)</u>
	<u>(11.512)</u>	<u>(12.463)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

(b) Composição dos impostos diferidos passivos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Ativo financeiro de concessão	15.432	16.664
Varição monetária do ativo financeiro	52.732	45.562
Reequilíbrio financeiro	30.921	27.019
	<u>99.085</u>	<u>89.245</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	5.556	5.999
Varição monetária do ativo financeiro	18.983	16.402
Reequilíbrio financeiro	11.132	9.726
	<u>35.671</u>	<u>32.127</u>
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	3.468	3.741
Varição monetária do ativo financeiro	1.371	1.185
Reequilíbrio financeiro	804	1.760
	<u>5.643</u>	<u>6.686</u>
Seguridade Social ("COFINS")		
Seguridade Social ('COFINS')		
Ativo financeiro de concessão	16.008	17.268
Varição monetária do ativo financeiro	8.437	7.290
Reequilíbrio financeiro	3.884	8.136
	<u>28.329</u>	<u>32.694</u>
Total dos impostos diferidos passivos	<u><u>168.728</u></u>	<u><u>160.752</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

(c) Imposto corrente:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda (LAIR)	83.727	83.727	59.670	59.670
Adições	68.427	66.829	66.422	64.986
Exclusões	(97.999)	(97.999)	(84.656)	(84.656)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro antes do abatimento do prejuízo fiscal	54.155	52.557	41.436	40.000
(-) Prejuízo fiscal	-	-	(7.310)	(7.753)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro antes dos abatimentos fiscais	54.155	52.557	34.126	32.247
Imposto calculado	(13.515)	(4.730)	(8.508)	(2.902)
Abatimentos dedutíveis para fins de imposto de renda	576	-	407	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente a pagar - registrado no resultado	(12.939)	(4.730)	(8.100)	(2.902)
Total do IRPJ e CSLL a pagar	(17.669)		(11.002)	

13. Passivos contingentes e provisões

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para reinvestimento	30.671	25.252
Provisões trabalhistas	79	-
	30.750	25.252

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas operações.

Com base nas informações fornecidas por seus assessores jurídicos e na análise das ações em andamento, a Administração entende que, para determinadas demandas, não há expectativa atual de saída provável de recursos que representem benefícios econômicos. Portanto, tais processos são classificados como contingências possíveis e não foram objeto de constituição de provisões nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 190.638 e em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 162.450.

14. Receita diferida

O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias nos Hospitais, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

Em abril de 2018 e outubro de 2022, a Sociedade celebrou o contrato para exploração de atividade de estacionamento de veículos na área do Hospital Estadual de São Paulo e Hospital Centro de Referência da Mulher ("HSM"), a título de outorga no valor de R\$ 2.500 e R\$ 1.500, respectivamente, recebidos em parcela única e registrado como Receita Diferida no balanço da Sociedade.

A apropriação da receita será realizada pelo período 17 anos e 13 anos, respectivamente, de acordo com o contrato.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita diferida	<u>2.278</u>	<u>2.514</u>
	<u>2.278</u>	<u>2.514</u>

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital social

O capital social da Sociedade é de R\$ 69.282, representado por 61.750.555 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado.

15.2. Reserva de Lucros

(a) Reserva legal

Constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade constituiu reserva legal de R\$ 1.108 (R\$ 1.810 - 2024) atingindo o limite de 20% do capital social.

(b) Reserva de lucros

A administração da Sociedade, em atendimento ao disposto no artigo 192 da Lei nº 6.404/1976 propõe que os lucros não distribuídos sejam retidos para fazer face ao capital de giro necessário para o cumprimento dos orçamentos de custo a incorrer para conclusão dos contratos de construção em andamento.

Para convalidar a referida retenção, propõe o aumento de capital em montante suficiente para que este não fique inferior às reservas de lucros, conforme requerido pelo artigo 199 da Lei nº 6.404/1976.

A efetiva deliberação sobre a destinação dos lucros ocorrerá por ocasião da Assembleia Geral Ordinária convocada para aprovação das demonstrações contábeis.

15.3. Dividendos

Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Sociedade poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base no balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim. A Sociedade constituiu o valor de dividendos mínimos obrigatórios. Em 2025, a administração decidiu pelo pagamento de dividendos no montante de R\$ 60.000, utilizando o saldo da conta de reserva de lucros.

16. Receita de serviços

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita da concessão	150.967	144.656
Receitas acessórias	1.625	1.569
Receita de construção da concessão	-	11.364
Receita de reequilíbrio financeiro	574	4.624
	<u>153.166</u>	<u>162.213</u>
Tributos sobre receitas	(4.656)	(10.390)
(-) Deduções sobre receitas acessórias	(405)	(368)
	<u>(5.061)</u>	<u>(10.758)</u>
Receita operacional líquida	<u>148.105</u>	<u>151.455</u>

17. Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços contratados	(43.933)	(39.269)
Custo com pessoal	(35.762)	(28.583)
Manutenção predial	(13.312)	(12.066)
Serviços de TI	(8.683)	(8.155)
Materiais e equipamentos hospitalares	(4.860)	(6.345)
Reposição do ativo financeiro	(2.951)	(3.005)
Outros	(551)	(523)
Custos da operação	<u>(110.052)</u>	<u>(97.946)</u>
(-) Custo de construção da concessão	-	(10.112)
	<u>(110.052)</u>	<u>(108.058)</u>

18. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(9.292)	(12.280)
Serviços contratados	(3.954)	(1.539)
Seguros	(469)	(477)
Amortizações	(427)	(588)
Impostos e taxas	(427)	(973)
Aluguéis	(382)	(295)
Materiais de uso e consumo	(83)	(118)
Depreciações	(2)	(2)
Outras despesas	(1.890)	(4.273)
	(16.926)	(20.545)

19. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras:

	31/12/2025	31/12/2024
Variações monetárias sobre ativo financeiro	83.223	72.117
Variações monetárias sobre reequilíbrio financeiro	14.391	365
Rendimentos sobre aplicações financeiras	6.965	4.404
Outras receitas financeiras	166	209
Impostos sobre receitas financeiras	(4.864)	(5.037)
	99.881	72.057

Despesas financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre empréstimos	(29.540)	(30.889)
Variações monetárias sobre reinvestimento	(2.468)	(2.054)
Comissões bancárias	(1.125)	(1.046)
Custos nas transações com empréstimos	(637)	(651)
Juros de mora	(109)	(351)
Juros sobre leasing	(34)	(94)
Iof sobre operações financeiras	(18)	(20)
Juros sobre arrendamento	(16)	(51)
Despesas com SWAP	-	(114)
Outras Despesas financeiras	(209)	(363)
	(34.156)	(35.633)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

20. Informações complementares de Ebitda (não auditado)

Abaixo segue o Ebitda ajustado considerando os pagamentos das contraprestações mensais fixas que representam a remuneração do Ativo Financeiro:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	18.002	23.246
(+)depreciações/amortizações	429	590
Ebitda	18.431	23.836
(+) Parcela fixa - Ativo financeiro	96.183	92.286
Ebitda ajustado	114.614	116.122

21. Seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Sociedade mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

Fornecedor	Riscos cobertos	Montante da Cobertura
Pottencial Seguradora	Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	46.668
Axa Seguros S.A	R.C. de Administradores e Diretores - D&O	30.000
Fairfax Company	Responsabilidade Civil Geral (HCRSM)	10.000
Fairfax Company	Responsabilidade Civil Geral (HSJC)	10.000
Tokio Marine	Riscos Nomeados e Operacionais (HCSRSM)	664.385
Tokio Marine	Riscos Nomeados e Operacionais (HSJC)	398.739
Performance Bond	Fiança Bancária	20.859
Performance Bond	Fiança Bancária	7.300

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

22. Eventos subsequentes

Até a data da publicação das demonstrações contábeis, não houve eventos subsequentes passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Eventos subsequentes.